

**As passeatas do movimento de favelas de Belo Horizonte:
a instituição da ação coletiva (1961-1964)**

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira*

RESUMO: Este artigo aborda a forma como o movimento de favelas de Belo Horizonte passou a utilizar passeatas para pressionar o poder público a atender suas demandas. Lançando mão do conceito de repertório de ação coletiva, enfoca-se o estabelecimento de certas rotinas e alianças na organização das passeatas.

Palavras-chave: Movimento de favelas, repertório de ação coletiva, passeata.

Abstract: This article is an analyze of how the “favelas” social movement in Belo Horizonte used protest marches as a form to pressure the public power in order to obtain their demands. Based on the concept of repertories of collective action the text analyses the institution of routines and alliances that helped the organization of the protest marches.

Key Words: “Favelas” social movement, repertories of collective action, protest march

“Os favelados de Belo Horizonte estão preparando uma manifestação-monstro em defesa de seus direitos e de suas reivindicações que terá como ponto maior uma passeata de mais de dez mil pessoas pelas ruas de Belo Horizonte. Manifestação pacífica como em geral são pacíficas todas as atitudes dos favelados, homens, mulheres e crianças acostumados a todas as desgraças e suportando com a maior humildade todas as humilhações e injustiças. (...) Por isso mesmo, tem muito maior significação essa passeata, que não é mais do que a cristalização de um movimento que se alarma por todas as favelas de Belo Horizonte, que atinge uma população de mais de setenta mil pessoas”¹

A trecho acima, retirado da crônica intitulada “A favela vem à cidade e não é pra sambar”, é o testemunho de Celius Áulicos sobre uma das passeatas dos favelados em Belo Horizonte. O cronista estava interessado em mostrar a legitimidade de um conflito que marcava a cidade e o tempo de Belo Horizonte no período de crescimento demográfico das décadas de 1950 e 1960. No entanto, quem eram os favelados da “manifestação-monstro”? Como era a performance do grupo nas ruas da cidade? Quando as passeatas passaram a integrar o repertório de ação coletiva do movimento de favelas? Sobre essas questões, sugeridas pela leitura dos jornais de Belo Horizonte entre 1961 e 1964, dedico esse texto.

¹ Última Hora, 08 de novembro de 1963, página 2

O “movimento dos favelados” de Belo Horizonte

Entre 1959 e 1964, Belo Horizonte viu o surgimento de um ator político que mobilizou e organizou grande número de associações de moradores na periferia da cidade. Em 1960, nove associações de favelas se reúnem para registrar a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, que havia dado início as suas atividades no ano anterior, 1959. Entre sua fundação e o golpe de 1964, o número de associações que integravam a Federação aumentou de nove para cinquenta e duas entidades. Nesse período, as ações dessas entidades e da Federação ficaram conhecidas na Capital, através da imprensa escrita, como “o movimento dos favelados”.

A Federação divulgou um tipo de associativismo e discurso crítico ao universo político e social de sua época. O associativismo de defesa coletiva, surgido em Belo Horizonte em 1948, na Vila São Vicente de Paula, foi difundido em diversas favelas da cidade. Mobilizações populares eram combinadas com a assistência jurídica aos que desejavam garantir a permanência nos terrenos ocupados.

A fundação das Uniões de Defesa Coletiva (UDC), além de incentivadas pela Federação, respondia à necessidade de defesa da estratégia de sobrevivência dos moradores em favelas. A construção de uma moradia em terreno próximo a um bairro, com serviços de infra-estrutura urbana ou próximo do local de trabalho, era uma tática de sobrevivência para o imigrante pobre na cidade. Segundo o censo das favelas de Belo Horizonte de 1966, produzido pelo Departamento de Habitação Popular do Estado de Minas Gerais, entre 1955 e 1965, o contingente de moradores de favelas passou de 36.432 para 119.799 habitantes. Desse total, 89,93% era imigrante, provindos, principalmente, do interior do Estado. O censo aferia a condição sócio-econômica dos moradores, que geralmente conseguiam empregos que exigiam pouca escolaridade e de baixa remuneração, sendo instável o tempo de permanência em um mesmo serviço. Colocava-se em evidência que essas pessoas ao chegarem à cidade sofriam uma queda em seu status sócio-econômico, sendo obrigadas a encontrarem soluções de moradia compatíveis com sua disponibilidade de recursos. Os terrenos “desocupados” na periferia da cidade ou aqueles que eram de “posse da prefeitura” tornaram-se nesse período alvos de ocupação como meio de amenizar os custos de vida do trabalhador pobre².

² Para conferir esses dados e o argumento aqui constituído cf. MINAS GERAIS. Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Departamento de Habitação Popular, 1966; WANTANABE, Hiroshi, BRAGA, Welber da Silva. Morro do Querosene – alguns aspectos da formação de uma favela. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1961. O censo de

Através dessas associações e da Federação, disseminou-se um imaginário social que se nutria da necessidade de legitimar o “direito de morar” e do temor que os favelados tinham de serem despejados. Pairava um medo de que moradores de bairros regularizados se indispussem com a presença de favelas em suas vizinhanças; de outro lado, havia empresários do setor imobiliário interessados em acumular terrenos, para lucrar com a especulação imobiliária. Ambos os atores acionavam a justiça ou os fiscais da prefeitura para expulsar os favelados das zonas ocupadas, alegando ameaças a propriedade privada e o caráter anti-higiênico e anti-estético daquelas habitações. O imaginário social do movimento de favelas ressaltava e exagerava numa série de representações da situação vivenciada, acentuando negativamente o caráter dos inimigos dos trabalhadores e das famílias faveladas. Assim, termos como “explorador de favela”, “tubarão de tamanco”, “latifundiário do asfalto”, “povo do asfalto”, “trabalhador favelado” e o par de opostos “barraco” versus “palacete” passaram a ser correntes no discurso político que clamava por justiça social.

Através dessas representações forjava-se o consenso entre os participantes do movimento e difundia-se uma visão crítica sobre a cidade, sublinhando a especulação imobiliária e o sentido elitista e desigual da ocupação do espaço. Essa era uma forma de unir e convencer os moradores para ação coletiva e de justificar a luta social empreendida.

As dificuldades da vida do trabalhador urbano eram apresentadas nesse imaginário através das constantes reclamações sobre o meio de transporte coletivo, a distribuição de água, a educação, a falta de infra-estrutura e o alto custo de vida. No entanto, esses problemas eram postos em discussão à medida que se abria espaço para o tratamento de questões relativas ao “direito de morar” na cidade, tema central nas demandas do movimento de favelas.

Esse ideário foi divulgado através de vários vetores de socialização: reuniões e manifestações promovidas pela Federação e pelas associações; o jornal “O Barraco”, publicado entre 1962 e 1964; o programa “Voz do Trabalhador Favelado”, transmitido pela *Rádio Jornal de Minas* uma vez por semana; a cobertura jornalística promovida pela imprensa escrita; e as passeatas.

1966 foi coordenado por um dos sociólogos que realizou o estudo do Morro do Querosene, portanto, é possível estabelecer pontes entre uma análise e outra, avaliando os critérios que guiaram a construção do censo.

As Passeatas do movimento de favelas

As passeatas, além de socializar os integrantes do movimento, foram uma das estratégias do movimento de favelas para interagir com o poder público, cobrando uma solução para seus problemas. A manifestação atingia de diversas maneiras esse objetivo. Primeiro, é importante salientar que através da ocupação do espaço da cidade a linguagem e o imaginário político no movimento de favelas era difundido, contribuindo para aumentar o escopo de discussão sobre os conflitos sociais vividos na periferia. Tornavam visíveis no espaço público as aflições vivenciadas no mundo privado, legitimando e inserindo a questão das favelas na agenda política municipal e estadual.

De outra maneira, era também uma forma de alcançar uma audiência com alguma autoridade pública que pudesse prometer-lhes uma resposta imediata a certos problemas. No período que estamos analisando, a figura do representante político estava cercada de protocolos e hierarquias que incutiam uma distância entre o povo e seus governantes. A passeata fazendo concentração e pressão em frente aos órgãos do poder instituído, quebrava formalidades, exigindo um atendimento por parte do representante político.

A passeata era um recurso que extrapolava os meios processuais de negociação dos favelados com o poder público, seja através do Departamento de Bairros Populares da Prefeitura, criado em 1956, da Secretaria de Segurança Pública, ou das Comissões e da Secretaria do Trabalho, criadas no governo de Magalhães Pinto (1961-1965). Os manifestantes mostravam, sobretudo, desconfiança ante a palavra empenhada por governantes e por administradores ligados a esses organismos.

Diante dessa quebra de protocolos, as passeatas eram constantemente classificadas como “pacíficas” ou “violentas”. Todos envolvidos no embate político tentavam deslocar a representação do evento para legitimá-lo ou deslegitimá-lo.

As passeatas passaram a fazer parte do repertório de ação do movimento de favelas em 1961. Seu fim decorre do Golpe de 1964, com a intervenção policial e militar na Federação dos Trabalhadores Favelados e o fechamento de diversas Uniões de Defesa Coletiva. O movimento de favelas iria ressurgir no período de distensão do governo militar, mas para esse período não tenho registros sobre a existência e a forma como eram realizadas passeatas.

Como se vê, não foi desde o início do movimento de favelas que as passeatas apresentavam-se como recurso de ação política. Ela começou a ser utilizada em 15 de setembro de 1961, a partir de uma iniciativa da Vila Jardim Amaral. Depois disso, ela foi usada em 22 de setembro de 1961, pela Vila Santa Lúcia; em 4 de dezembro de 1961, contra a

destruição de casas da favela Pintura a Saia e da favela dos Invasores; em 15 setembro de 1962, pela Vila Jardim Amaral; em 15 setembro de 1963, em solidariedade à ocupação da favela Cabana do Pai Tomás e das novas favelas surgidas da cidade; em 1 de outubro de 1963, uma passeata foi anunciada pela Vila Torre Inconfidência; em finais de 1963 e princípio de 1964, discutiu-se realizar uma passeata como meio de pressão ao governador para desapropriar as novas áreas ocupadas na Capital³.

Dentre todas essas manifestações existiu certa rotina na performance realizada nas ruas da cidade. Desde a primeira passeata, promovida pela Vila Jardim Amaral, uma característica a marcou: meninos e meninas eram trazidos nos braços de suas mães, dramatizando as famílias que haviam sido desalojadas e violentadas pela ação policial. Esse traço e sentido era reforçado por cartazes, reportagens pelo discurso de lideranças junto as autoridades públicas acentuando o “direito de morar” e as violências praticadas pela polícia e por capangas sem autorização judicial.⁴

Por outro lado, a presença de mulheres e crianças era eloquente quanto ao caráter pacífico da manifestação. Fugia-se assim das qualificações negativas correntes entre as autoridades públicas e a polícia quanto ao caráter violento da ação empreendida, justificando a repressão e o não atendimento dos manifestantes pelas autoridades públicas. Esse constrangimento pode ser sentido pelo testemunho de um policial ligado ao DOPS frente a uma passeata: “os favelados estão sendo orientados por elementos reconhecidamente comunistas. *Tais elementos utilizam das famílias dos favelados, e vêem causando sérios transtornos a nossa ação dificultando sobremaneira a manutenção da ordem pública*”⁵.

Outro traço da performance dos manifestantes foi a aliança com estudantes e professores. Professores, como Theodoro Lamounier e José Tiago Cintra, assumiram junto com as lideranças dos favelados o papel de orador e de negociador nessas passeatas. O professor José Tiago Cintra chegou a estruturar um projeto para criação de um departamento no governo de Minas Gerais, tendo em vista a solução dos problemas dos favelados. Noutras ocasiões a presença dos professores serviu para orientar os moradores de periferia quanto a encaminhamentos necessários, junto às autoridades públicas, para se manifestarem⁶. De outra forma, estudantes, também se solidarizavam com os manifestantes: organizavam um

³ Os seguintes jornais foram consultados abordando diretamente as passeatas referidas: Última Hora, 14 de setembro de 1962, página 2; Última Hora, 23 de setembro de 1961, página 3; Última Hora, 6 de dezembro de 1961, página 3; Diário da Tarde, 5 de dezembro de 1961, página 5; Binômio, 24 de setembro de 1962, página 6, caderno 3; Binômio, 1 de outubro de 1963, página 6 caderno 2; Diário da Tarde, 26 de novembro de 1963, página 5; Diário da Tarde 17 de janeiro de 1964, página 2.

⁴ *Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais*. Última Hora, 16 de setembro de 1961, página 3.

⁵ *Arquivo Público Mineiro*. Fundo DOPS, Pasta 0107 [Grifo Nosso]

⁶ *Arquivo Público Mineiro*. Fundo DOPS, Pasta 0120

contingente para somar forças com o grupo, cediam o alto-falante, alocado na Praça Sete, para discursos de lideranças durante a passeata – caso ela passa-se por aquela localidade, e ajudavam a organizar cartazes e a orientar o grupo na passeata⁷.

Essa atuação do movimento estudantil e dos professores apresenta uma unidade junto ao movimento de favelas quanto a objetivos políticos de realização das reformas de base, em específico a urbana. A solidariedade era marcada não apenas pelo intento de transformação da estrutura política e econômica da sociedade rumo a uma modernização e emancipação nacional, mas também pelo reforço de valores relativos à caridade e compaixão ante o sofrimento das classes desfavorecidas. Nesse sentido, pode-se compreender a atuação de estudantes do “Colégio Helena Guerra” que durante uma passeata da Vila Jardim Amaral distribuíram aos integrantes da passeata 600 pãezinhos de sal⁸. De muitas formas era entendida a união “operário-estudantil”.

Essa performance foi reproduzida nas várias passeatas organizadas pelo movimento de favelas em Belo Horizonte. Todavia, as manifestações posteriores a 1961 marcaram uma diferença. A manifestação da Vila Jardim Amaral e da Vila Santa Lúcia, realizadas quase em seqüência no mês de agosto de 1961, foram arquitetadas, basicamente, pela associação de defesa coletiva de cada favela, a Federação dos Trabalhadores Favelados tinham tido muito pouca interferência no processo de mobilização.

A manifestação de 4 dezembro de 1961 imprimiu uma outra dinâmica a questão da organização e condução da passeata. A Federação a partir desse evento tomaria à frente das passeatas, sendo em sua reunião com associados que seriam determinados os assuntos referentes à passeata. Através do desejo manifestado em assembléia por uma liderança de uma entidade, o grupo reunido em torno da Federação tomava a iniciativa de apoiar e ajudar a organização do evento. Tem-se notícia, através do *O Barraco*, da estratégia de formação de “comissão organizadora de passeata” junto aos seus quadros de dirigentes em função das demandas das vilas.

Entre as estratégias voltadas a mobilizar uma passeata, a Federação a anunciava nos principais jornais da cidade, pedia apoio e solidariedade de autoridades políticas do legislativo municipal e estadual, dos sindicatos e da Associação das Donas de Casa de Belo Horizonte. Nas favelas, orientava-se a realização de propaganda do evento nos auto-falante das

⁷ Para relação dos estudantes com os favelados cf. Depoimento de Aureclides Ponce de Leon, em 04 fevereiro de 2007.

⁸ *Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais*. Última Hora, 16 de setembro de 1961, página 3.

associações, e pediam, através de bilhetes, para que as lideranças arranjasse “alguns bons companheiros para ajudar a garantir a passeata”⁹.

Assim, a partir de 4 de dezembro de 1961, as manifestações deixaram de ter o caráter voltado apenas a uma única Vila, tendia-se sempre a evocar assuntos e temas que atingiam todas as favelas – o porta-voz dos manifestantes, um representante da Federação sempre fazia questão de frisar esse aspecto. Ainda que tivessem objetivos mais imediatos ligados ao atendimento das reivindicações de uma comunidade, ela passaria a assumir o protesto contra desmandos e ameaças sofridas em outras favelas da cidade, sempre convidadas a participar da manifestação. Em alguns casos chegou-se a constituir um “memorando” com a reclamação de todas as favelas como sinal desse caráter mais amplo das reivindicações.

A mudança de direção imprimiu mudanças na performance dos atores sociais durante a passeata. Como resultado da organização mais geral, não focada unicamente em uma comunidade, as pessoas de outras vilas passariam a engrossar as fileiras de participantes da manifestação. A diferença vê-se pelos números anunciados pela imprensa, que de forma alguma são confiáveis, mas nos passam uma idéia de quantidade, apresentando um contraste entre antes e depois de 4 de dezembro de 1961. A passeata organizada pela Vila Jardim Amaral e Santa Lúcia foi avaliada com número de “300” e de “145” participantes. Já para as seguintes os números são: em dezembro de 1961, a polícia acusou “2000”, os jornais “3000” manifestantes; setembro de 1962, “600”; setembro de 1963, “3000”.

Ligado a essa transformação de organização outro aspecto sofreu alteração: o trajeto da passeata. Quando a passeata foi estritamente ligada a União de Defesa Coletiva, antes de 4 de dezembro de 1961, nas manifestações de setembro daquele mesmo ano, nas Vilas Jardim Amaral e Santa Lúcia, os manifestantes saíam sempre do local de moradia dirigindo-se a repartição pública encarregada por responder as suas reivindicações. A partir do momento em que a Federação assumiu a liderança da manifestação gerou-se uma outra referência de caminhada, passando pela Avenida Afonso Pena, concentrando-se em frente à prefeitura e depois seguindo para a Praça da Liberdade, através da Avenida João Pinheiro, em frente ao Palácio do Governador.

O transcurso e os locais de concentração tornavam-se emblemáticos da passeata dos favelados. Quando em 23 de setembro de 1963, o caminho percorrido foi alterado, não sendo realizada concentração em frente à prefeitura, o jornal *O Barraco*, órgão oficial da Federação justificaria a mudança:

⁹ Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS, Pasta 3239

“Desta vez, por motivos que informamos em outra nota, não fomos à Prefeitura, saindo a passeata das escadarias da igreja São José até o Palácio da Liberdade, passando pela av. Afonso Pena e av. João Pinheiro. Formaram três mil favelados empunhando faixas e cartazes, prestigiados pela solidariedade popular no que esta tem de mais destaque na Capital. Vereadores Dimas Perrim e Henrique Novais, deputados Sinval Bambirra e José Gomes Pimenta, líderes estudantis e operários e representantes da Liga Feminina.”¹⁰

As duas primeiras passeatas da Vila Jardim Amaral e Vila Santa Lúcia não tinham lugares de concentração fixo, sendo que uma postou-se a frente da Secretaria de Segurança, na Praça da Liberdade, e outra a frente da Prefeitura, na Av. Afonso Pena. Variou de acordo com a demanda da vila, uma pedia segurança, a outra pedia melhorias de serviços infra-estruturais. Com a manifestação de 4 de dezembro, demarcou-se dois momentos de concentração, um na Prefeitura outra no Palácio da Liberdade.

Considerações finais

A passeata, como uma maneira de pressionar o poder público para atender demandas assumiu formas, alianças e conteúdos no interior do movimento de favelas. Em agosto de 1961 instituiu-se um repertório de ação coletiva marcado por algumas rotinas que foram mantidas e rearticuladas, quando a Federação dos Trabalhadores Favelados passou a dirigir a organização desses eventos no início do mês de dezembro de 1961.

Ao identificar algumas rotinas das passeatas no movimento de favelas, e sua modificação, deixamos de salientar o caráter flexível, adaptado ao momento político, que permeou a organização da passeata. Para abordar esse outro aspecto seria necessário um texto com maior número de pormenores históricos, obrigando-nos a extrapolar o limite estabelecido para a escrita. Cabe ainda enfatizar outro tópico deixado de lado nessa comunicação: as formas como as autoridades públicas, em suas diversas instâncias, receberam tais manifestações.

Espero, entretanto, ter revelado como as passeatas constituíram-se numa das formas do movimento dos favelados pressionar o poder público e protestar contra injustiças sofridas. Muitos outros repertórios de ação coletiva foram utilizados, sendo de extrema importância o inventário dessas estratégias políticas; no entanto, fica a contribuição dessa comunicação para o estudo de uma dessas estratégias.

¹⁰ *Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais*. Binômio, 23 de setembro de 1963, página 6 caderno 2

Referências Bibliográficas

AFONSO, Maria Rezende, AZEVEDO, Sérgio de. Cidade, poder público e movimento de favelados. POPERMAYER, Malori José (org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: ed.UFMG, 1987, p.111-141.

ANASTASIA, Carla. *A lei da Boa razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentista*. In: *Varia História*, nº28, Belo Horizonte, Departamento de História da FAFICH, 2002, p.29-39.

_____,_____. Belo Horizonte amotinada: A greve dos empregados da Companhia Força e Luz (1934). In: *Varia História – Belo Horizonte Cem anos em Cem*, Belo Horizonte, n.18, Belo Horizonte, Departamento de História da FAFICH, nov. 1997, p.155-171

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____,_____. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUDÉ, George. *A multidão na História – Estudos dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1740-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991

SOMARRIBA, Maria das Mercês G, VALADARES, Maria Gezica, AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984.

TARROW, Sidney. Old movements in new cycles of protest: the carrier of na Italian religious community. In: KLANDERMANS, Bert, KRIESI, Hanspeter, TARROW, Sidney. *International Social Moviment Research*, vol.I. London: JAI Press, 1988, p.281-305;

THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E.P, *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.150-203

_____,_____. A economia moral revisitada. In: THOMPSON, E.P, *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.203-267

TILLY, Charles. Contentius Repertories in great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (org.). *Repertories and cycles of colective action*. Durham: Duke University Press, 1995, p.15-42

TRAUGOTT, Mark. Barricades as Repertoire: Continues and Discontinuities in the History of French Contention. In: TRAUGOTT, Mark (org.). *Repertories and cycles of colective action*. Durham: Duke University Press, 1995, p.43-56